

A DITADURA DE JUAN CARLOS ONGANÍA E EMBATES FRENTE A CGT OPOSICIONISTA

Manoel Afonso Ferreira Cunha¹
manoel_afonso_@hotmail.com

Resumo: O presente artigo visa compreender os conflitos que envolveram a ditadura do general Juan Onganía frente a CGT (Confederação Geral do Trabalho). Dessa maneira, se torna crucial enfatizarmos a chegada à presidência da Argentina por parte de Onganía mediante a Força Militar e o uso de armas. Tanta imposição é vista nas perseguições aos militantes, aos sindicatos, a própria CGT e aos que se opusessem ao regime. Desta forma, notabilizemos o que Onganía mencionara ao se “consagrar” na presidência em 1966, em que a paz reinaria na pátria argentina, porém não houvera a paz que tanto afirmara, além do mais, há uma situação dúbia no que concerne à paz reinar e uso constante de violência pelo governo desse general. Por conseguinte, enfatizemos os “focos” de resistências “promovidas” pela CGT, principalmente nos interiores, tendo como auge o *Cordobazo* e a crise que se instalara na ditadura do ano de 1969 e a destituição de Onganía em 1970. Para tais considerações usemos como fonte os jornais do órgão oficial da Confederação Geral do Trabalho.

Palavras-chave: general Juan Carlos Onganía; ditadura; Confederação Geral do Trabalho.

Abstract: This article aims to understand the conflicts involving the dictatorship of General Juan Onganía against CGT (General Confederation of Labour). Thus, it becomes crucial to emphasize the arrival of the president of Argentina by Onganía by Military Force and the use of weapons. Such enforcement is seen in the persecution of activists, trade unions, the CGT itself and those who opposed the regime. Thus, what emphasize Onganía mentioned when "consecrate" the presidency in 1966, when peace will reign in the homeland of Argentina, but there had been no peace that both asserted, moreover, there is an ambiguous situation with regard to peace reign and constant use of violence by the government of general. Therefore, we emphasize the "pockets" of resistance "promoted" by the CGT, especially in the interior, with the peak *Cordobazo* and the crisis that had settled in the dictatorship of 1969 and the dismissal of Onganía in 1970. To these considerations we use the newspapers as a source of the official organ of the General Confederation of Labour.

Keywords: General Juan Carlos Onganía; dictatorship; General Confederation of Labour.

Considerações Iniciais

Passando primeiramente pelo Peronismo, antes de discutirmos propriamente o governo de Onganía, percebemos que Perón, que também era um militar, reprimiu os seus opositores e rechaçava muitas greves de operários, inclusive muitos foram detidos tornando-se um governo autoritarista.

Segundo José Luis Beired em sua obra *Breve História da Argentina* Perón fora eleito presidente da República contra o candidato da União Democrática, a frente política integrada pela UCR (União Cívica Radical), o Partido Democrata Progressista, o Partido Socialista e o Partido Comunista, e apoiada por setores conservadores. A base de Perón fora constituída pelo movimento sindical, cujas lideranças aliadas organizaram o Partido Laborista para apoiá-lo. O

¹ Graduando do 5º período do curso de História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMA/UEMA. E-mail: manoel_afonso_@hotmail.com

restante do apoio fora dado por setores dissidentes da UCR, pela maioria dos grupos nacionalistas, por facções conservadoras, além das Forças Armadas e da Igreja Católica. (BEIRED, 1996, p. 55).

Notabilizando tais conjunturas e “associações” políticas vindouras ou não, partindo da concepção do autor J. L. Beired (1996, p. 55), as forças políticas que apoiaram Perón fundiram-se e formaram o Partido Único da Revolução Nacional que em 1947 converteu-se em Partido Peronista. Este autor nos assegura que nesse processo, os setores do movimento sindical que postulavam a autonomia política dos trabalhadores com relação à tutela estatal foram derrotados com a dissolução do Partido Laborista. Por conseguinte, o movimento sindical e sua principal organização a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), terminaram subordinados ao governo e ao Partido Peronista.

Salvador Ferla (1985) argumenta que o governo peronista fora dedicado desde o início a monopolizar os meios de comunicação, rádio e jornais. Essa monopolização fora dada por controle do Estado, ou quer por compra de testas de ferro. Logo todos os principais diários, exceto "La Nación" e "Clarín", tornaram-se controlados pelo grupo dominante. Eles formaram uma cadeia de jornais privados e a mesma situação aconteceu com os rádios. Simultaneamente a propaganda política se espalhou em todos os níveis. (FERLA, 1985, p. 190).

Para sustentar esta ideia de autoritarismo, pois como afirmara S. Ferla houvera uma monopolização dos principais veículos de comunicação por parte do Estado e por parte dos grupos dominantes para controlar o que era disseminado à população. Desta forma difundir somente o que era confortável ao governo peronista, o autor José Beired (1996, p. 58) parte do pressuposto que o regime implementara um projeto de “peronização” da sociedade e do Estado, lançando mão de uma série de medidas autoritárias, controlando a maioria das redes de rádio e os jornais e revistas mais importantes do país, mediante a compra dos mesmos, como destacara Salvador Ferla ao mencionar que as compras ocorreram por testas de ferro.

Portanto, esse domínio sobre as redes midiáticas se torna crucial, uma vez que há um controle às críticas contundentes ao governo peronista. Logo, em represália a tais críticas, os órgãos de imprensa são fechados. Não obstante, é o que Getúlio Vargas promovera durante o Estado Novo (1937-45) ao criar o órgão mais importante deste período que fora o DIP (Departamento de Propaganda) cujas atribuições indispensáveis se constituíam na censura de toda a mídia pública, pois os artigos em jornais e revistas eram matéria que o DIP distribuía, “sugerindo” que os editores publicassem a matéria produzida pelo departamento e este último proibira a veiculação de programas de rádio que não fossem compatíveis ao que Getúlio

postulasse, pois Vargas atingira seu público através do Rádio, ao falar com frequência em “A Hora do Brasil”. (LEVINE, 2001, p.).

Assim, podemos identificar aspectos similares entre a rigidez peronista e o autoritarismo varguista, José Beired ao se referir ao peronismo assevera que o autoritarismo que fora impulsionado principalmente por Perón e pelo grupo que ocupava posições importantes no Estado e nos sindicatos expressou-se nas medidas de controle cultural e educacional, além do que, a propaganda política peronista espalhou-se por todos os níveis escolares. (BEIRED, 1996, p. 60).

A política de Getúlio Vargas também se estendera aos currículos escolares e dessa forma, apontara os valores do regime. Percebemos que aí está outra forma de intensificar e propagar as propostas dos regimes autoritaristas. “Educa” os estudantes, abrangendo os mais diversos níveis da educação, para reforçar o “comprometimento” do regime com a nação e lembrar aos estudantes o quão é “vigoroso” e “bom” o governo, seja peronista ou varguista, enfatizando a força de um sentimento nacional. Isso não deixa de ser uma “propagandização” ideológica de domínio por parte desses regimes.

A CGT e a forte presença do poder militar na Argentina

Para J. L. Beired (1996, p. 59), a queda de Perón ocorrera principalmente devido ao crescente autoritarismo governamental e crise econômica do país nos anos 50 acentua mais ainda a oposição dos partidos, de setores da burguesia, da Igreja e dos militares. O governo peronista não admitia as pretensões da Igreja concernentes a uma constituição de um movimento de opinião pública integrado por fiéis e estudantes à margem da intervenção governamental. De forma clara, vemos que esse “não admitir”, a respeito das opiniões divergentes ao governo, é notório de um governo autoritarista.

Desde o golpe de 1955, autodenominado Revolução Libertadora, a presidência argentina passou por vários generais. No entanto, partimos para o ano de 1966 em que o general Juan Carlos Onganía assumira a presidência da Argentina mediante as Forças

Armadas. Percebemos tal imposição militar na seguinte menção do jornal da CGT² do ano de 1968:

“Damos gracias a Díos por la paz que reina em nuestra pátria”.

Las palabras del presidente Onganía revelan su dramática falta de capacidad para percibir la violéncia subterrânea que domina la vida nacional. Tal vez impresionado por los primeros signos exteriores de esa violencia, el general Onganía decreta la paz y se toma la tremenda libertad de hablar em nombre de ella. **El pueblo argentino no ha elegido al general Onganía. el general Onganía lleo a la presidencia de La Republica por el camino de la violencia armada,** com lós tanques em la calle, quebrando los últimos restos formales de paz que habia em el país. **El general Onganía no ha puesto el poder obtenido por la violencia al servicio del pueblo, sino contra el pueblo.** El consentimiento relativo que pudo tener al principio ya no existe. **Por los procedimientos normales y democráticos de elección, el general Onganía tal vez no ganaria** hoy siquiera uma intendencia em el pueblito mas chico del país. (Año I – nº 7 – 13 de junio de 1968, p.1, grifo nosso).

No que concerne à citação acima, podemos no indagar: O general Onganía realmente levara a paz ao povo argentino? Como é que a paz reinaria em sua pátria com tamanha imposição militar e violéncia? Ora, as palavras do general Onganía não são condizentes com suas atitudes, pois o governo desse general não é oposto à violéncia e não pretende reprová-la, pelo contrário, uma vez que o seu governo é a própria violéncia. A figura de Juan Onganía é personificada na própria violéncia contra o povo argentino, já que este não fora escolhido por procedimentos democráticos, ou seja, através de eleições, mas sim por uma Revolução autodenominada Revolução Argentina. Além do mais, a suposta paz é imposta a um povo que é intimidado pelas armas.

Diante do exposto, percebemos que a posse do novo presidente mostrou o elevado grau de legitimidade dos militares na vida política argentina. O autor Bendicho Beired afirma que Onganía revelou-se autoritário, anti-comunista obsessivo e católico ultramontano. Implantou uma ditadura e aplicou uma série de medidas repressivas, dissolvendo os partidos políticos, deu atribuições de caráter legislativo a uma junta de comandantes-chefes, interveio nas universidades, utilizou de violéncia contra professores e estudantes, prendeu sindicalistas e líderes estudantis, e estabeleceu uma censura que incluía apreensão de livros. (BEIRED, 1996, p. 66).

² Em março de 1967, a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) rendeu-se ante a força militar. Frustradas suas expectativas, a burocracia dos sindicatos dividiu-se. A própria CGT cindiu-se, devido à conquista de posições por parte da facção do “peronismo combativo”, que fundou, com o gráfico Raimundo Ongaro, a “CGT dos Argentinos”, em 1968. Cf. COGGIOLA, 2001, p. 27.

Todas estas atitudes “em prol da paz para a pátria” são percebidas e evidenciadas pela CGT:

El general Onganía, elegido por nadie, repuebra necesariamente lo que há sido elegido por alguien. **Su reprobación se ha manifestado siempre por la violencia, por la qiebra arbitraria y despótica de la paz**, aun de la paz aparente del injusto orden social.

Usó la violencia y quebró la paz.

Existia una Universidad con un gobierno em que participaban todos los setores. **El general Onganía la intervino con cuatro granadas de gases** y um centenar de cachiporrazos.

Usó la violencia y quebro la paz.

Existian sindicatos cuyas comisiones directivas estaban elegidas por el voto de decenas o centenares de miles de afiliados. **El general Onganía los intervino** com um par de plumazos.

Usó la violencia y quebro la paz.

Cuando **Estudiantes y trabajadores salieron a protestar**, Hilda Guerrero recibió um tiro em la cabeza, Santiago Pampillón um tiro em la cabeza, Jeronimo Apaza uma muerte a patadas.

Usó la violencia y quebro la paz.

Hoy el gobierno pertence a los ateneos y los directorios, la universidad a las camarillas, los sindicatos a los **interventores**, el arte a la **censura**, la voluntad nacional a los decretos, la decencia a muy pocos.

(Año I – nº 7 – 13 de junio de 1968, p.1, grifo nosso).

Mediante tal autoritarismo cometido pelo General Onganía exposto pelo órgão oficial da Confederação Geral do Trabalho, comprendemos que, segundo Enrique Padrós, a censura sobre os meios de comunicação comprometidos com posições críticas, a intervenção no ensino, o controle dos programas de conteúdo reflexivo e a perseguição de docentes e de estudantes que se opunham à lógica dos novos regimes marcaram a expansão autoritária. (PADRÓS, 2007, p. 43). Essas são características desses governos despóticos, pois não permitem o movimento estudantil e os partidos populares expressarem o que pensa sobre o governo, rechaçando o povo argentino de manifestar, por meio de guardas de infantaria e suas tropas.

Uma medida forte apresentada pelo governo de Onganía, segundo José Beired (1996, p. 66) fora a política econômica liberal favorável ao capital externo, de combate à inflação e de realização de grandes obras públicas por meio do arrocho salarial, do aumento de impostos, do crescimento de falências, do desemprego e da redução das exportações. Enfatizado o capitalismo externo e a facilidade que teria de penetração na Argentina com essas medidas tratadas por Onganía, a CGT toma partido de que essa também era uma forma de violência para com o povo, assim como os *cachiporrazos* (cassetetes), as *patadas* (pontapés) e as mortes a bala de quem ia contra a “paz do governo de Onganía”:

Pero también se alimenta la violencia cuando **una empresa nacional pasa a manos de un monopolio extranjero**. Cuando se arroja de sus casas y hogares a trabajadores y comerciantes para **favorecer a unos pocos empresarios y capitalistas**; cuando se condena a la desnutrición y la enfermedad a los hombres de trabajo y sus familias; cuando se impide que sus hijos tengan acceso a la educación. (Año I – nº 7 – 13 de junio de 1968, p.2, grifo nosso).

Através das exposições feitas até o momento, enfatizadas com o órgão da Confederação Geral do Trabalho (CGT), compreendemos que as medidas implantadas na política de Onganía “visavam defender os interesses dos setores locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares”. (PADRÓS, 2007, p. 43).

Essa penetração do capitalismo estrangeiro era denunciada, pois arruinava a população, em especial meninos que padeceram de fome e de assistência médica, e favorecia notadamente os empresários:

El sistema capitalista há creado sus mecanismos de defensa para no sentirse culpable de la violencia que origina y que ló sostiene. Dentro de esa hipocresia, la violencia es algo espectacular, que pasa em la calle y sale em los diarios. **El asalto a un banco es violencia, y asusta a la gente. El asalto cotidiano de los bancos extrajeros al pueblo no es violencia**, ní siquiera noticia. La muerte de um pistolero o um policía em um tiroteo es violencia, y comueve por unas horas. **La muerte de un niño em Jujuy por falta de médico no es violencia, no comueve a nadie, y no sale em los diarios**.

Y sin embargo esa masacre invisible es para nosotros, los trabajadores, la verdadera violencia. **Em un año mueren em el país quince mil chicos menores de um año que no deberían morir. Mueren porque les falta alimento o atención médica**. Les falta atención médica y alimento porque el Estado, obedece a los monopolios que usan y no pagan, que chupan y se llevan, que explotan y matan.

Esos chicos son protagonistas de una guerra em que el general Onganía es protagonista, aunque no quiera o no sepa. Aunque no quiera o no sepa, sus armas protegen esa matanza.

(Año I – nº 7 – 13 de junio de 1968, p.1, grifo nosso)

A CGT constitui uma organização que mantém o sentimento de luta em atividade, já que a podemos considerar como uma organização capaz de expressar juntamente com a classe trabalhadora argentina seu potencial reivindicatório e seu lado político-social. A violência invisível que o texto acima se refere seria a consequência da política de entrada de capital estrangeiro que beneficiara os empresários dominantes locais, marginalizando aos *pueblos*, sendo jogados de suas casas, suprimindo os trabalhadores domésticos e comerciantes. A falta de atenção médica e alimentação são invisíveis ao ponto de serem esquecidas pelos diários, no entanto, é tão violência quanto o banco dominado por capital estrangeiro que “estrangula” a população.

Esse comprometimento para com a população argentina era evidenciado por meio de lutas que a CGT “promovia” e difundia através da figura de seu próprio representante, Raimundo Ongaro:

Como ya todos sabemos el compañero Ongaro no pudo concurrir a Bella Vista porque se lo impidió la policia de regimen, pero no pasaron muchos dias y **Ongaro estaba nuevamente em Tucumán, cumpliendo con su consigna de estar junto al pueblo que lucha**, jugandose com él. **En la estacion lo recibieron numerosos trabajadores y estuadiantes que vivaron su nombre y el de la CGT de los Argentinos.**

La actividad desarrollada por el compañero Ongaro durante estos dias em Tucumán es muy intensa ya que ha recorrido los sindicatos de los ingenios cerrados com el objeto de realizar una **campana de movilizaci3n, y dejando constituidas comisiones pro defensa.**

“**Para los tucumanos – dijo – hay un arma, que es la Fe y la lucha**, queremos y tenemos esperanzas de que este año comienze a respetarse la voluntad de los argentinos”. [palabras de Ongaro].

(Año II – nº 39 – 20 de febrero de 1969, p. 1, grifo nosso.).

Oswaldo Coggiola, em sua obra *Governos Militares na América Latina*, afirma que Tucumán e outras regiões da Argentina sofriam com a política econômica estigmatizada por Onganía prejudicando todas as classes sociais situadas abaixo da grande burguesia e no interior, onde a crise social era mais grave, começaram as explosões em 1969, com as mobilizações estudantis de Corrientes, Rosario e Tucumã, resultando em vários estudantes mortos pela repressão policial. (COGGIOLA, 2001, p. 27).

Arturo Fernández assevera o que acabara de evidenciar o autor Oswaldo Coggiola, ao remeter-nos a ala “confrontacionista” que concerne a CGT dos argentinos e esta contribui para criar um clima de mobilização popular contra o regime, sobretudo no interior do país, que seria um local que conduzira vários processos de agitação social, especificamente a província de Corrientes, Rosario, Tucumán e Córdoba nos idos de 1969. (FERNÁNDEZ, 1999, p. 112).

A resistência de maior evidência, não diminuindo os outros movimentos que ocorreram na Argentina, fora na região de Córdoba, que segundo José Beired (1996, p. 67) o *Cordobaço* alimentara a crise da ditadura do general Onganía e “decretaria” a sentença de morte do seu governo, mas também consigo adviria a morte de vários manifestantes. Os protestos de estudantes e operários contou com a adesão da classe média, como afirma Coggiola (2001, p. 28). Em um ano, a polícia de Córdoba havia reprimido elementos de todas as classes sociais da cidade, porém em 29 de maio, toda a cidade reprimiu a polícia. Segundo este autor, Córdoba vivera uma crise no que concerne a indústria de automóveis e o governo aproveita para reduzir os salários dos metalúrgicos abolindo o “sábado inglês” que significa 44 horas trabalhadas e 48 pagas. (COGGIOLA, 2001, p. 28).

A Confederação Geral do Trabalho dos Argentinos, não aceita tal imposição de redução salarial e convoca os trabalhadores a reagirem contra a abolição do sábado inglês pedindo a revogação da medida que anulava a lei do sábado inglês:

Córdoba: Firmeza Obrera

La regional de la C. G. T. de los Argentinos, siempre presente en la defensa del pueblo y los trabajadores, há señalado, uma vez más, el carácter de clase que la represión tiene, convocando a los obreros a parar las actividades a las cero horas en señal de repudio contra la dictadura patronal y la represión que desata y reclamado contra la política antipopular del gobierno y la aplicación de las últimas medidas como la derogación de la ley provincial del sábado inglés.
(Año II – nº 45 – 22 de mayo de 1969, p. 1, grifo nosso).

O 29 de maio (*Cordobaço*), que viria ocorrer sete dias depois desse embate de caráter revogatório da medida que anulava o “sábado inglês”, ampliara o caráter de reivindicação dos *pueblos* argentinos reunindo os “mecânicos (metalúrgicos das fábricas de automóveis) e eletricitistas, armados com projéteis fabricados por eles mesmos, que ‘desceram’ à cidade, onde os aguardavam os metalúrgicos e os estudantes e, por conseguinte, o operariado organizava a cidade”. (COGGIOLA, 2001, p. 28).

No entanto, J. Beired (1996, p. 68) assevera que o general Onganía decretara estado de sítio, órgãos de imprensa foram fechados, a CGT sofrera intervenção e a insatisfação popular fora abafada temporariamente. O autor Osvaldo Coggiola (2001, p. 28) afirma que esta insatisfação popular fora abafada temporariamente devido ao ato revolucionário que viria ocorrer um dia depois, que corresponde à esmagadora greve nacional de 30 de maio que confirmava o combate político de toda a população contra a ditadura.

À CGT um mês depois, exatamente em 30 de junho, entrara na clandestinidade devido à repressão do governo, mas nem por isso deixara de combater ao lado da população contra o regime:

A la Luz o en la Clandestinidad

La CGT de los Argentinos ha pasado a la clandestinidad desde el 30 de junio de 1969 por disposición del gobierno que allano su local, encarceló cuatro miembros de los siete que componian su Consejo Directivo, detuvo a centenares de militantes, sumó a las anteriores la clausura de três sindicatos.
Libre pues de ataduras legales, la CGT de los Argentinos declara ante el pais su decisión de ejercer hasta sus últimas consecuencias esa clandestinidad; de fomentar, promover y ejecutar todas las formas de resistencia que aparezcan justificadas por el natural derecho de los pueblos a la libertad y la justicia; de derrocar en fin, junto con sus aliados naturales, a la dictadura rapaz e corrompida, como etapa necesaria en la **liquidación dei régimen.**
(Año II – nº 49 – Buenos Aires, 25 de Julio de 1969, p. 1, grifo nosso).

Por fim, analisando a clandestinidade do órgão, a CGT predisunha-se a lutar juntamente com o povo que fora oprimido por longos anos com a ditadura de Juan Onganía. Embora estivesse sem legalidade, a decisão do órgão oficial da Confederação Geral do

Trabalho fora de exercer o seu papel de órgão de resistência frente à ditadura deste general. Buscara promover e executar em oposição ao governo, de forma ideológica e prática, a liberdade e a justiça que seria o direito de todos os argentinos frente a um governo voraz e corrompido e dessa maneira, a liquidação da ditadura expressada na figura de Onganía se tornava algo extremamente necessário.

Perante a crise política que se instalara na Argentina, J. L. Beired corrobora que a Junta de governantes-chefes destituiu Onganía e poria em seu lugar outro general, Roberto Levingston. (BEIRED, 1996, p. 68). Osvaldo Coggiola é mais enfático ao afirmar que a equipe governativa de Onganía estava à beira da insanidade mental, uma vez que o presidente, general Onganía, desejava permanecer no cargo por dez anos, no entanto, em meados de 1970 o alto comando militar fizera com que Roberto Marcelo Levingston, em nome do Estado Maior das Forças Armadas, substituísse Juan Carlos Onganía. (COGGIOLA, 2001, p. 28).

Considerações Finais

Diante do exposto, podemos compreender que embora tenha sido curto o período de tempo que Juan Carlos Onganía ficou no poder, na presidência da Argentina, este general criou medidas que se tornaram maléficas à população argentina, como, por exemplo, a revogação do sábado inglês, que era um benefício aos operários das indústrias. Com a crise que vivia a indústria, a “solução” foi mexer no salário dos trabalhadores e claro, as medidas de penetração estrangeira referentes ao capital, promoviam a classe local e deixa a mercê boa parte da população, pois se submetem as indústrias que recebem o capital externo e suprimem os trabalhadores, a medida que, também os bancos com capital estrangeiro passam a sufocar os *pueblos argentinos*.

Tais medidas tornavam conflitantes os convívios com um governo autoritário, que sequer chegou ao poder por meios democráticos. Dessa maneira, a CGT na figura de seu principal líder, Raimundo Ongaro, se tornou um órgão de resistência frente às medidas despóticas de Onganía. Através do órgão oficial – jornais cá utilizados –, em que se divulgavam os acontecimentos do cotidiano argentino, compreendemos que era uma forma de oposição às ideias do governo do presidente em questão, caracterizando Juan Onganía como a própria violência, uma vez que seu governo não possuía comprometimento algum com os aspectos educacionais, saúde e no que concerne aos movimentos de trabalhadores e de estudantes o general Onganía mandava suas tropas “abafar” tais manifestações, caracterizando um regime ditatorial.

Referências

Fonte primária

Organo oficial de la Confederación General del Trabajo. Año I – nº 7 – 13 de junio de 1968. **“Viernes 28: todos, com todo”**. Disponível em http://www.cgtargentinos.org/pdfs/num_7.pdf último acesso em 30/06/12 às 17:40.

Organo oficial de la Confederación General del Trabajo. Año II – nº 39 – 20 de febrero de 1969. **“500.000 argentinos amenazados de exterminio”**. Disponível em http://www.cgtargentinos.org/pdfs/num_39.pdf último acesso em 30/06/12 às 17:37.

Organo oficial de la Confederación General del Trabajo. Año II – nº 45 – Buenos Aires – 22 de mayo de 1969. **“Rebelión en las bases, violencia del gobierno”**. Disponível em http://www.cgtargentinos.org/pdfs/num_45.pdf acessado em 30/06/12 às 17:32.

Organo oficial de la Confederación General del Trabajo. Año II – nº 49 – Buenos Aires, 25 de Julio de 1969. **“Ongaro escribe desde el presidio”**. Disponível em http://www.cgtargentinos.org/pdfs/num_49.pdf último acesso em 30/06/12 às 17:48.

Bibliografía

- BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve História da Argentina**. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- FERLA, Salvador. **El Drama Político de La Argentina Contemporanea**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1985.
- FERNÁNDEZ, Arturo. La evolución Del sindicalismo argentino. In.: CASANUEVA, Felipe R. Duarte (org.). **Argentina: pasado y presente en la construcción de la sociedad y el Estado**. Argentina: Eudeba Universidad de Buenos Aires, 1999.
- COGGIOLA, Oswaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.
- LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres? O Brasil na Era Vargas**. Companhia das letras, 2001.
- PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História e Luta de Classes**. Nº 4, julho de 2007, p. 43-51.